

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ilmo. Sr. Pregoeiro do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Ref: Pregão Eletrônico 13/2020

DEBORA DUARTEARAUJO - EPP (GRAU LIMPEZA) empresa regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 12.638.119.0001-73, com endereço na Rua Bom Pastor nº 46, Bairro: Flores CEP. 69028-340, Manaus/AM, neste ato representada por Procurador, o Sr. Jose Maria Gomes Monteiro Junior, portador da Carteira de Identidade n. 0715489-5 - SSP-AM, e do CPF n. 345.106.302-63, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, apresentar.

CONTRARRAZÕES

Ao inconsistente recurso apresentado pela empresa ABILITY NEGOCIOS EIRELI

I. Ressalva prévia

Preliminarmente, percebe-se que o certame, em questão, observou, em momento oportuno, as etapas pré-determinadas, estando estas fixadas no Edital e nas Leis das Licitações (8.666/93, 10.520/02 e Dec. 5.450/05).

II. Dos fatos

1. A RECORRIDA é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta totalmente de acordo com o edital, apresentando seu melhor preço.
2. Entretanto, a RECORRENTE, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.
3. Não poderia a Administração ter o mesmo entendimento que a empresa RECORRENTE e agir de forma tão formalista.
4. Por fim, considerando-se que a Administração deve trabalhar no escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, baseada no princípio da competição com o intuito de obter a ampla concorrência, na busca da proposta mais vantajosa. Sobretudo no caso do Pregão, no qual já se sabe que a proposta em questão detém uma oferta mais vantajosa, não pode a Administração fechar os olhos às vantagens pecuniárias e decidir onerar desnecessariamente os cofres públicos por mero formalismo burocrático.

III - Quanto ao recurso apresentado pela empresa ABILITY NEGOCIOS EIRELI.

1. A priori, verifica-se que a Recorrente insurge contra o julgamento da Administração que culminou na classificação da empresa GRAU LIMPEZA PREDIAL e apresenta argumentações vãs e equivocadas, a partir de interpretações primárias, conforme demonstraremos a seguir.

a) Da possível exclusão do simples nacional referente ao serviço prestado no ao DNIT no período 19/02/2018 a 18/09/2019.

A recorrente, com seu inconformismo, apresenta alegações infundadas, informando que a Recorrida deveria se excluir do simples nacional ao firmar contrato com DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE -DNIT, tendo como objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, SERVIÇO DE COPEIRAGEM, SERVIÇO DE GARÇOM E SERVIÇO DE JARDINAGEM.

O Recurso, não deve prosperar, uma vez que foge análise técnica referente ao pregão em questão, uma vez já atendidos a todos os requisitos.

A RECORRENTE, faz menção a um contrato, já encerrado, informando a possível exclusão do simples nacional da RECORRIDA.

Não é de competência dessa comissão, do IFAM, nem da recorrente, verificar, analisar se havia necessidade de exclusão do simples nacional a época do serviço prestado ao DNIT.

Não cabe a recorrente, julgar se a Empresa GRAU LIMPEZA PREDIAL, se deveria estar no simples nacional ou não, durante a prestação dos serviços no DNIT, visto que o tomador de serviço não viu a necessidade de informar ao órgão competente a exclusão do simples nacional, Já, que todos serviços prestado e todas as atividades atribuídas, Trata-se de serviço de limpeza e conservação, permitindo que a recorrida, usufrísse da tributação do simples nacional, conforme previsto parágrafo 5º C, Inciso VI do Artigo 18, VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

Portanto, Empresa GRAU LIMPEZA PREDIAL, optante do simples nacional, amparada pela lei complementar

123/2006, parágrafo 5º C, Inciso VI do Artigo 18, VI – serviço de vigilância, limpeza ou conservação. Para prestação de serviços de limpeza e conservação, atendeu todas as exigências do instrumento convocatório de forma satisfatória a esta comissão, diligenciado de forma exaustiva, antes do seu aceite técnico.

b) Possível exclusão do simples nacional referente ao seu faturamento bruto anual.

Sobre tais apontamentos, não resta dúvida uma vez que a referida legislação é clara no tocante quanto aos critérios para enquadramento, conforme extensamente relatado no presente documento, e a seguir reproduzido:

"Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos".

A recorrida, como prestadora de serviços de limpeza e conservação utiliza para fins de cálculos tributação a tabela do simples nacional, Anexo IV, faixa 5, conforme tabela abaixo.

Anexo IV da Tabela Simples Nacional 2020

Este anexo diz respeito às empresas do tipo que fornecem serviço de limpeza, vigilância, obras, construção de imóveis, serviços advocatícios;

Receita Bruta Total em 12 meses Alíquota Quanto descontar do valor recolhido

Até R\$ 180.000,00 4,5% 0

De 180.000,01 a 360.000,00 9% R\$ 8.100,00

De 360.000,01 a 720.000,00 10,2% R\$ 12.420,00

De 720.000,01 a 1.800.000,00 14% R\$ 39.780,00

De 1.800.000,01 a 3.600.000,00 22% R\$ 183.780,00

De 3.600.000,01 a 4.800.000,00 33% R\$ 828.000,00

Portanto, não há que se questionar sobre o faturamento da empresa, visto que os valores encontram-se dentro dos parâmetros legais, previsto na lei complementar 123/2006.

Fica claro, portanto, o despreparo e falta de convicção do representante da empresa ABILITY NEGOCIOS EIRELI, que tem como fim único e exclusivo, procrastinar, retardar e protelar ao máximo a celebração do contrato sem qualquer utilidade para o IFAM, Quando esta arguiu a intenção de interpor recurso, sendo incapaz de discursar sobre os motivos de sua intenção, declarando apenas seu inconformismo e desconhecimento da norma. Desta forma, cai por terra as alegações da recorrente de descumprimento da norma.

Portanto, Não será a mal instruída recorrente que irá ditar como essa Administração deve proceder nos seus ritos licitatórios, nem tão pouco essa recorrente tem domínio para afirmar que a empresa apta e vencedora "não cumpriu as condições do caderno convocatório", visto que foram tão fracos seus argumentos que percebe-se a falta de descabimento nestes. Talvez, por essa razão não teve alento para brigar com quem ofertou o melhor preço para o serviço.

III – Da Conclusão

Logo os indícios apontados pela empresa ABILITY NEGOCIOS EIRELI. não são claros e muito menos suficientes para a desclassificação e/ou inabilitação da empresa GRAU LIMPEZA PREDIAL. e há de se reconhecer e admitir que toda a arguição não encontra guarida à luz da legislação aplicável ou na jurisprudência do E. Tribunal de Contas da União - TCU.

Diante de todo o exposto, requer a V.Sa. o conhecimento da presente peça recursal, para julgá-la totalmente IMPROCEDENTE quanto ao questionamento da recorrente, dando, assim, continuidade ao procedimento, seguindo a adjudicação do objeto à empresa, respeitando o princípio da economicidade, tendo em vista que a recorrida se enquadra como micro empresa nos termos legais, fazendo jus ao tratamento diferenciado para fins de licitações públicas, requer-se, que seja INDEREFIDO o pleito da recorrente no que tange a desclassificação e qualquer punição da Impugnante, especialmente, porque as razões de recurso apresentadas não encontram respaldo no Ordenamento Jurídico Pátrio.

Pede deferimento,

GRAU LIMPEZA PREDIAL.

Fechar

